ANÁLISE DOS PPPs DAS ESCOLAS DO CAMPO DUQUECAXIENSE: percepções sobre memória e a construção da identidade campesina.

Joanna Angélica Pereira Guimarães Marques
Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
oejoannamarques@gmail.com

Edjan Souza Machado
Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
djnpsi@gmail.com

Renata de Almeida Oliveira
Professora do Programa e Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
cultura.renata@gmail.com

Introdução

Ao longo de todo processo de formação histórica o município de Duque de Caxias passou por diversas questões no campo da construção identitária de seu povo, bem como por influências que corroboraram para a invisibilidade dos territórios rurais. Historicamente sua construção fora voltada para o atender às necessidades da capital fluminense, tanto no aspecto comercial e industrial, bem como no que abarca à moradia e mão de obra, sendo dessa forma à educação de seu povo relegada para a não valorização dos saberes relacionados à terra, bem como inferiorizando as práticas e culturas dos sujeitos que ali residiam, o que em certa medida apresenta reflexos no movimento educacional proposto para esse grupo em específico. Neste sentido, o trabalho aqui apresentado tem por objetivo elencar breves reflexões sobre o processo de construção da identidade das escolas do Campo no município de Duque de Caxias, partindo da análise documental do Projeto Político Pedagógico das Unidades de ensino no ano de 2023, sob a perspectiva do conceito de memória e de territorialidade.

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica proposta para a pesquisa é vinculada ao estudo da situação atual da educação do campo, seus movimentos em busca de uma identidade, bem como as contribuições para a formação dos professores que atuam nestas unidades de ensino, identificando seu contexto, suas práticas e seus sujeitos. Para isso o referencial teórico apoia-se nas pesquisas desenvolvidas por CALDART (2008), quando aborda fundamentalmente a práxis pedagógica pautada nos movimentos sociais do campo e para o campo, bem como reflete sobre os desafios da trajetória dessa educação. Também serão utilizadas as pesquisas de ARROYO e MOLINA (2014) como forma de estabelecer uma fundamentação sobre o espaço campesino, suas concepções e formações tendo como destaque a formulação de políticas públicas para este fim.

Para o conceito de memória, contamos com as contribuições trazidas por Pierre NORA (2012), quando aborda principalmente que “os lugares de memória nascem do sentido de que não há memória espontânea” demarcando que muitas vezes há uma sobreposição da memória das minorias em detrimento da

manutenção da história impregnada de memórias criadas para o povo e não pelo povo.

Desenvolvimento do tema

Iniciar os apontamentos sobre Educação do Campo é também revisitar os conceitos sobre desenvolvimento, construção social, economia e das relações existentes entre o ambiente, a natureza, as tecnologias e os indivíduos dela participes, bem como repensar o conceito de sucesso, saindo da centralidade urbana e todos os princípios inerentes ao processo capitalista mercantil e voltar o olhar realmente para os povos que vivem nas regiões rurais, seus desafios diários e suas potencialidades.

Ao longo de décadas a educação do campo fora associada à educação rural e voltada muitas vezes para a comparação com o urbano, em caráter não igualitário, sendo o rural visto como inferiorizado, menosprezado e depreciativo. Tal cenário sofreu transformações, somente, a partir da década de 90, quando do início dos movimentos de luta por direito à terra, e igualdade de atendimento. Uma das principais inovações observadas no debate sobre a educação do campo pode-se destacar, na defesa de uma proposta que contemple as peculiaridades da vida neste ambiente, considerando que o processo educativo deve ser o mediador dos conteúdos historicamente sistematizados unindo-o aos saberes da vida cotidiana dos indivíduos que têm sua vida significada nesse espaço. Entretanto, tal fato não ocorre em grande parte do tempo desta forma, conforme retratado por Beltrame quando diz que: “[...] a escola no meio rural esteve sempre sujeita a interesses políticos e econômicos, sem considerar as reais necessidades da população ou dos professores. Isso fez com que o camponês recebesse uma escola de segunda mão.” (BELTRAME, 2000, p. 24). Cabe destacar ainda a importância da preservação da memória das unidades escolares localizadas na região rural duquecaxiense, uma vez que conectam a história do povo, a cultura e a identidade, sendo o espaço em si, um patrimônio a ser preservado, o qual carrega em suas estruturas físicas as trajetórias vividas por aqueles que por ali passaram e que em certa medida auxiliam para que aquele espaço não seja esquecido, alicerçando as memórias coletivas que as protegem. Corroborando com o mesmo princípio Pierre Nora (1993), afirma ainda que: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.” (NORA, 1993: 12-13).

Ainda sobre o conceito de memória explorado na pesquisa é importante destacar que assim como o espaço físico, o prédio escolar propriamente dito, desempenha importantíssimo papel, o Projeto Político Pedagógico é um documento fundamental para a organização deste espaço, ultrapassando muitas vezes o aspecto puramente formal e permeado de burocracia, sendo ele a memória dos indivíduos ali representados pelos estudantes, pela comunidade local, bem como pelos profissionais que ali desempenham suas funções, representando a partir dos registros históricos as conquistas do passado e os desafios a serem superados, daí a relevância de estudar tal documento.

Como forma de melhor esclarecer ao leitor sobre que tipo de espaço rural a pesquisa se debruça é importante situar a demarcação geográfica e populacional a qual se refere, sendo Duque de Caxias uma cidade localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, possuindo de acordo com dados do censo escolar, INEP 2022, um total de treze escolas consideradas como do Campo, sendo 12 delas localizadas no quarto distrito e uma no segundo distrito. O espaço territorial da cidade encontra-se compartimentado em quatro distritos, sendo o último

aquele com maior concentração de vegetação considerada como zona de interesse ambiental, cercada pela Área de Proteção Ambiental (APA) Tinguá, dentre outras de importância ambiental similar. Cabe destacar que de acordo com o Censo de 2010, IBGE, 99,6% do território está localizado em área urbana e apenas 2.910 habitantes residem em situação rural, já em relação à densidade demográfica é possível identificar no mesmo documento que a maior parte da população urbana está concentrada no primeiro e segundo distritos, sendo o quarto distrito a região com maior população rural.

O processo de pesquisa tem seu início quando das discussões sobre o currículo para a Rede Municipal de ensino, no qual foram organizados grupos de trabalho destinados para este fim, ficando um deles somente com profissionais que atuam em escolas do Campo, no entanto ao longo das discussões observou-se um esvaziamento nas análises sobre a configuração de um currículo diversificado, no qual trouxesse em seu cerne a temática campesina bem como sua importância. Após o encontro, buscou-se durante os meses de maio a agosto de 2023 analisar os documentos referentes aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das treze unidades escolares municipais consideradas como campesinas, tal apreciação teve como objetivo observar tópicos referentes aos projetos pedagógicos, quantitativo de turmas, existência ou não de classes multisseriadas, dentre outros aspectos aquele de principal interesse, o qual se refere sobre a existência ou não de escritas que tragam em seu cerne a identificação como Escola do Campo, bem como a preparação de projetos escolares voltados para essa temática. Ao longo do processo destacou-se a inexistência, em muitos planos, de uma identidade campesina em relação à escola, bem como de projetos que mencionassem a vinculação territorial rural, a terra propriamente dita e seus usos destacando-se um distanciamento dos assuntos de interesse da população atendida nesta região, sendo essas muitas vezes de inteiro teor urbano.

Outros pontos também cabem como destaque para a pesquisa, dentre os quais podemos elencar: Quatro unidades não se identificam como escolas do campo,e sinalizaram esse dado em seus documentos, apesar de estarem inseridas em ambiente rural, área de preservação ambiental ou similar. Bem como, justificam, dessa forma a não abordagem de temáticas específicas para essa modalidade. Somente três unidades de ensino possuíam projetos relacionados à utilização da terra, sendo estes voltados exclusivamente para a criação de horta escolar, no entanto sem vinculação pedagógica, observando-se que o uso do recurso ocorria apenas como forma de recreação. Apenas duas escolas sinalizaram em seus documentos as legislações concernentes ao campo, tanto as normativas federais quanto a municipal, bem como fora observada consonância entre o documento base e os Projetos Pedagógicos desenvolvidos pelas mesmas.

Nos documento analisados não foi identificado nenhum indicativo para aplicação de calendário próprio, tendo por base a Pedagogia da Alternância.

Ora, se parcela significativa das escolas não se reconhece como campesina e não demonstra conhecimento a respeito das normativas relacionadas à temática, bem como não compreendem a importância do trabalho relacionado à identidade dos estudantes e familiares nas quais a instituição faz parte, há que pesquisar sobre quais motivos as trouxeram até o cenário no qual se encontram. A questão identitária perpassa ainda pela formação dos profissionais que atuam nessas escolas, uma vez que segundo Nóvoa (1992, p.18) “a formação do professor é o momento-chave da socialização e da configuração profissional”. Nesse aspecto, entende-se que a formação em serviço de professores e profissionais trata-se de uma etapa importante para a troca e o desenvolvimento pedagógico, científico e cultural dos envolvidos, principalmente no que concerne ao fortalecimento destes.

A terceira etapa da pesquisa, traz a aplicação de questionários para a escolas, levantando-se dados a respeito da trajetória acadêmica e formação inicial. No decurso do processo de tabulação dos dados referentes ao levantamento, foi

possível constatar que apenas dois profissionais possuíam alguma formação específica na temática de educação voltada para as questões do campo, indígena ou quilombola. No entanto, apesar deste cenário, 99% dos consultados apontaram interesse na realização de estudos voltados para o tema, o que transmite a necessidade urgente de ações que corroborem para mudança deste cenário.
Diante do exposto, nota-se a necessidade de resgatarmos a identidade campesina, levando em consideração o diálogo dos profissionais que nela atuam, bem como da comunidade na qual as escolas estão inseridas. Identidade esta, consubstanciada pelo decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, o qual dispõe em seu artigo 2º, IV, quando afirma que: "valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo [...]". Podemos encarar tal documento como um marco para estas instituições, uma vez que aborda a importância do desenvolvimento de políticas públicas e de formação profissional próprio para este público, a necessidade de formulação de projetos político pedagógicos específicos, bem como a ratificação pelo respeito à diversidade.

Conclusões

Em breve análise dos documentos, revela-se que a ausência de profissionais com formação voltada para a modalidade Campo e a dificuldade de formação continuada, amplia ainda mais a dicotomia campo x cidade e dificulta a construções de memórias do povo campesino. Como forma de assegurar uma prática educacional voltada para a emancipação, é recomendável que se ampliem os diálogos entre as escolas envolvidas e suas comunidades em parceria com os órgãos reguladores como forma de viabilizar a construção de matrizes pedagógicas que contribuam paraa valorização da identidade, bem como para que se proponham discussões estratégicas de intervenção nesses fatos de forma a contribuir para a elaboração de projetos que retratem a força da população campesina. Há ainda, que se estimular a revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos, com ampla participação da comunidade, para que dela surjam relatos da vida no campo e sugestões de projetosque abarquem os reais interesses daqueles que participam da escola.

Referências bibliográficas

BELTRAME, Sonia A. B. **Professoras e professores do MST**: sujeitos em movimento. Tese de doutorado, USP São Paulo, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: DF, 2002.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo. Educação do Campo**: reflexões a partir da tríade Produção – Cidadania – Pesquisa. In: SANTOS, C. A. dos (Org.). Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 7).

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul**, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez. 2014

NORA, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, *10*. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101